

Energia renovável: metas para 2020 em dúvida

16 de Maio, 2016

O cancelamento de duas novas barragens e a suspensão de outra por três anos levantam a discussão. Portugal vai cumprir a meta de 60% do consumo de energia elétrica através de fontes renováveis em 2020?

O Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis previa 623 megawatts (MW) de potência instalada em Girabolhos, Seia, e em Fridão, Amarante, para alcançar um total de 8940 MW em aproveitamentos hidroelétricos. Governo e ambientalistas dispensam-nas, refere o Jornal de Notícias de hoje.

O GEOTA quer o cancelamento dos sistemas de Tamega (Vidago, Gouvães e Daivões, totalizando 1200 MW) em desenvolvimento, e de Foz-Tua (251 MW), que entrará este ano em exploração. São caros e têm alternativas, como os fotovoltaicos, alega.

No ano passado, 47% da eletricidade consumida teve origem em fontes renováveis, contra os 62% do ano anterior. "Atingir os 60% em menos de quatro anos só seria possível com algumas centrais previstas no programa de barragens e mil MW adicionais de fotovoltaico", diz o secretário-geral da Apren, criticando a falta de alternativas às barragens canceladas e suspensa.

Embora haja pedidos para mais 1845 MW, José Medeiros Pinto duvida que se concretizem porque "o mercado ibérico da eletricidade anda nos 50 euros por MWh e os cinco cêntimos por kWh que paga não remunera nenhuma central fotovoltaica".

João Carvalho, presidente da Apisolar, não acredita que sejam alcançados os 670 MW de potência fotovoltaica em 2020. Apesar de os custos terem descido cinco vezes entre 2007 e 2012, e de ser mais acessível e com retorno mais rápido para autoconsumo, o investimento a uma escala mais industrial é caro.